

# Ulysses ataca lobby das multinacionais na Constituinte

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que "o dólar não é o caminho apropriado para se chegar ao Congresso e resolver seus problemas", referindo-se à informação de que as multinacionais gastariam US\$ 2 milhões para adequar o texto constitucional aos seus interesses.

O deputado afirmou que o Congresso constituinte "é absolutamente imune a pressões desta natureza" e que, pelo contrário, é acusado de ser excessivamente nacionalista, não "entreguista".

Na entrevista que costuma dar ao término de suas interinidades na Presidência da República, Ulysses disse que não terá medo de ficar "ao lado daquilo que coloque a Constituição numa fronteira móvel". Ele repetiu que "esta será uma Constituição andarilha", que quer "entrar nas áreas até hoje impenetráveis pelo governo, pelo desenvolvimento, ou seja, a área dos miseráveis".

## Segundo turno

Ulysses disse que quer terminar logo a elaboração da Constituição porque "a nação" está esperando por ela. "Não se pode perder um minuto, porque milhões de pessoas serão beneficiadas", afirmou.

O deputado disse ainda que conduzirá as negociações para as votações do segundo turno realizando reuni-

ões à noite, em sua casa, ou de manhã, na Câmara.

Indagado se apoiaria a candidatura do governador Orestes Quêrcia à Presidência da República, Ulysses disse que ainda é cedo para se falar em candidatos. Segundo ele, ainda há dois "rounds" a serem vencidos antes da discussão da sucessão presidencial: a convenção do PMDB, marcada para 21 de agosto, e as eleições municipais.

## Democracia direta

Ao citar alguns "avanços" da nova Constituição, Ulysses disse que ela estabeleceu o sistema de democracia direta, pelo qual a população pode apresentar projetos de lei e se manifestar sobre determinados temas, através de plebiscitos. "Há no Brasil o Supremo Tribunal Federal, agora temos o supremo, que é o povo, a sociedade", afirmou. "Aquilo que for moderno, aquilo que for contemporâneo, aquilo que for pela justiça social, sem dúvida nenhuma eu entendo que será mantido" no segundo turno, disse ele, acrescentando que "a Constituição está aí para isso".

Ulysses afirmou que, enquanto esteve na Presidência da República, preocupou-se simultaneamente com o PMDB e com o Congresso constituinte, sem se disculpar dos atos administrativos que a interinidade lhe exigia. "O que eu sacrifiquei foram almoços e jantares", disse.



O presidente interino Ulysses Guimarães conversa com Ronaldo Costa Couto durante entrevista no Palácio do Planalto

## Interino dá audiência ao Centrão em casa

Da Sucursal de Brasília

O presidente interino da República, deputado Ulysses Guimarães, 71, decidiu na manhã de ontem alterar a sua agenda de audiências divulgada na noite anterior pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República.

Ulysses resolveu transferir para sua residência o encontro com os líderes de bancada do PMDB integrantes do Centrão, previsto para acontecer às 10h30. Deixou para o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, a audiência conjunta do diretor da Rede Globo em Brasília, Afrânio Nabuco, e do presidente da Shell, Omar Carneiro, prevista para as 11h30. Meia hora depois, em entrevista coletiva no Planalto, Ulysses criticou as multinacionais.

A assessoria do Planalto justificou a mudança alegando que a agenda estava "muito carregada". Mas o movimento não foi tão reduzido em relação aos dias anteriores. Ulysses deixou de receber vinte pessoas para receber apenas onze e atender extra-agenda o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

## Juristas divergem sobre o mandado de injunção

Da Redação, da Reportagem Local e do enviado especial a Brasília

O mandado de injunção aprovado no primeiro turno de votação gerou divergências entre juristas ouvidos pela Folha. No texto aprovado, o instituto permite que se solicite ao Judiciário o cumprimento de direitos e liberdades previstos na Constituição, ainda que não tenham sido regulamentadas por leis complementares necessárias.

O "Movimento de Unidade Empresarial", coordenado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) propôs na última quarta-feira que se suprima no 2º turno a expressão "dos direitos", o que representaria a impossibilidade de se arguir o dispositivo para exigir o cumprimento de direitos sociais a serem regulamentados, como a proteção do trabalhador face a automação e a licença paternidade.

Miguel Reale Júnior, assessor da presidência do Congresso constituinte, defende o mandado de injunção, afirmando que isto "vai forçar que haja elaboração legislativa". Mas,

para Reale, falta nas Disposições Transitórias um prazo máximo para que o Legislativo elabore as leis complementares. Segundo ele, a falta deste prazo —que atingiria o mesmo objetivo do mandado de injunção— ainda pode ser reparada, "pois a emenda de omissão pode ser incluída no 2º turno".

Já Manoel Gonçalves Ferreira Filho, diretor superintendente do Instituto Roberto Simonsen da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, acha que deveria ser suprimido todo o inciso (LXII do art. 5º) e não somente a expressão "dos direitos". "Isto é apenas um artifício para não atingir os direitos sociais, mas na prática vai resultar na ineficácia do dispositivo". Ferreira Filho avalia que a ação de inconstitucionalidade por omissão, prevista nos arts. 5º, LXXIV e art. 109, parágrafo 2º, dá "exatas condições para exigir-se a norma complementar".

O jurista Celso Bastos, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Processual, entende o mandado de injunção como uma "novidade" do Direito brasileiro, que pretende im-

pedir que dispositivos constitucionais "virem letra morta". Para Bastos, porém, o próprio dispositivo ainda necessitaria de uma interpretação do Supremo Tribunal Federal.

Para o diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dalmo de Abreu Dallari, o mandado de injunção aprovado "não esclarece qual a sua finalidade". Segundo o professor, que não defende a supressão, o dispositivo vai também precisar de uma lei complementar para ter eficácia, justamente o que intencionava evitar. "Ainda não sabemos se o juiz vai legislar ou pedir ao legislativo que faça a lei", complementou.

Essa dúvida não existe para o advogado trabalhista Octávio Bueno de Magano, que acredita que em recebendo o mandado de injunção, o juiz "não legislará, mas somente dará ordem para que a autoridade competente legisle". Mesmo assim, Magano acha que o mandado não deveria constar da Constituição e é a favor de sua supressão no 2º turno. Para o advogado, o instituto do

mandado de injunção "ainda não está solidificado o suficiente no Brasil para virar norma constitucional".

## PMDB

O PMDB quer manter na íntegra o item do texto do mandado de injunção aprovado em primeiro turno de votação. Esta posição foi transmitida no final da tarde de ontem em Brasília pelos deputados gaúchos Nelson Jobim, 42, líder do partido no Congresso constituinte, e Ibsen Pinheiro, 52, líder do PMDB na Câmara dos Deputados.

Jobim e Ibsen discordam dos argumentos apresentados pelos empresários de que o mandado de injunção pode fazer o Judiciário se sobrepor ao Legislativo no caso de este demorar para aprovar a legislação complementar e ordinária, depois de encerrados os trabalhos do Congresso constituinte. Segundo a opinião dos líderes, o mandado de injunção será um instrumento para que a sociedade pressione o Legislativo para que este acelere sua atividade.

## PMDB decide defender os avanços sociais no 2º turno

Da Sucursal de Brasília

A cúpula do PMDB decidiu ontem, durante reunião na casa do deputado Ulysses Guimarães, defender a manutenção dos novos direitos trabalhistas no segundo turno de votações do Congresso constituinte. Segundo o senador José Fogaça (RS), poderá ser feita "uma ou outra pequena concessão", como o prazo da licença-paternidade (fixado em oito dias), que seria remetido para a legislação ordinária. O líder do PMDB no Congresso constituinte, Nelson Jobim (RS), disse que tentará manter todos os acordos feitos para a votação do primeiro turno, como forma de assegurar a jornada de seis horas para turnos de revezamento, direito amplo de greve e todos outros "avanços" da nova Constituição.

Ulysses disse que "as medidas progressistas" previstas no capítulo dos direitos dos trabalhadores serão absorvidas pelo setor empresarial. "Quando Getúlio (Vargas) fez a

legislação do trabalho foi um Deus nos acuda. Disseram que o Brasil ia acabar, ia à bancarrota. E depois os próprios empresários disseram que melhorou a condição empresarial."

Jobim afirmou que, em relação à jornada de seis horas, o PMDB vai cumprir o acordo feito no primeiro turno para a retirada da expressão "máxima". Assim se estabelecerá uma jornada de seis horas para os turnos de revezamento, e não uma "jornada máxima de seis horas", como está agora.

As lideranças do PMDB na Câmara, no Senado e no Congresso constituinte decidiram ainda lutar pela manutenção da eleição em dois turnos para presidente, para governador e para prefeito.

Jobim e Fogaça anunciaram que o relator Bernardo Cabral terá um prazo adicional de dois dias para examinar, catalogar, dar parecer e publicar as emendas. Ulysses negou a informação. "Se o Bernardo Cabral quiser prazo, o problema é dele. Eu não dou", disse ele.

## Cabral diz que 70% das emendas já apresentadas contrariam regimento

Da Sucursal de Brasília

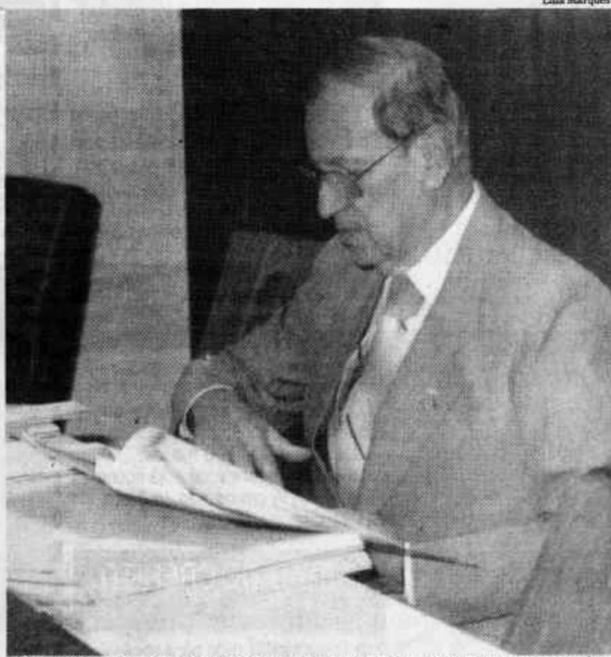
O relator do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 57, disse ontem após reunião com lideranças peemedebistas, na casa do deputado Ulysses Guimarães, que 70% das 142 emendas apresentadas anteontem serão rejeitadas por contrariarem o regimento. Mario Assad (PFL-MG), Humberto Souto (PFL-MG) e Raimundo Bezerra (PMDB-CE) apresentaram emendas pela ampliação da anistia da correção monetária aos micro e pequenos empresários que tomaram empréstimos no período do Cruzado. Cabral terá que decidir se ampliar a anistia não altera o espírito da anistia restrita aprovada no primeiro turno.

Em nome das "justificativas", parlamentares têm discorrido sobre os mais variados assuntos. Feres Nader (PTB-RJ), em uma de suas justificativas, afirma: "Não há uma escola democrática e outra antidemocrática. Ensino é uma atividade técnica".

O deputado Arnaldo Moraes, para evitar os "casuismos eleitorais" —que só podem ser editados pelo Congresso, o Executivo ou os tribunais eleitorais— apresentou emendas que prevê: "Norma que altere o processo eleitoral só será aplicada nas eleições que se realizarem um ano após a vigência da lei que a instituiu."

O senador Carlos Alberto (PTB-RN) quer suprimir a frase "independentemente de censura ou licença" com o objetivo de reintroduzir a censura à propaganda. José Egreja (PTB-SP), brandindo a existência do Código Civil, quer retirar do texto o direito de usucapião. Orlando Bezerra (PFL-CE) diz que como havia muita emoção quando da aprovação da licença-paternidade, o assunto deve ser revisto e suprimido.

O deputado Jayme Paliarin quer ampliar o "trem da alegria" onde embarcaram funcionários das ad-



O juiz Assis Fontoura de Almeida estuda as emendas supressivas apresentadas

ministrações direta e indireta com mais de cinco anos de carreira. Paliarin quer embarcar no mesmo trem os titulares de cargos de comissão, entendendo ser "injustificável o caráter discriminatório" do primeiro vagão, lotado na votação do primeiro turno.

Regina Beatriz Ribas Mariz, 40, à frente de 30 funcionários coordena a recepção de emendas desde o início do Congresso constituinte. O prazo para entrega termina à meia-noite de segunda-feira e, até ontem, 331 foram protocoladas. Regina disse que "o relator terá muito trabalho, pois muitas emendas parecem ir

além do limite de não modificação da intenção do que já foi aprovado".

## Plenário vazio

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) discursou ontem para um plenário com três parlamentares, em sessão do Congresso constituinte marcada para discussão do texto de Cabral. Os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Virgildásio de Senna (PSDB-BA) e Valmir Campello (PFL-DF) acompanharam o discurso de Maurílio na sessão que teve seu pico de frequência quando estiveram em plenário 12 parlamentares.

## TST quer evitar regionalização do direito

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Marcelo Pimentel, 62, disse ontem que quer evitar que no segundo turno de votações o Congresso constituinte crie "uma situação de absoluto caos nas relações do trabalho". Para isto, o ministro foi ontem ao Palácio do Planalto pedir ao presidente interino da República e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que seja alterado o parágrafo 2º do artigo 117 do novo texto que "transforma o direito do trabalho num direito regional".

Pimentel afirmou que a manuten-

ção do dispositivo retirará do TST a função de harmonizar as jurisprudências e as divergências entre os tribunais regionais. Segundo ele, uma empresa de âmbito nacional ficará impedida de transferir seus empregados, pois cada um será regido por uma norma legal diferente. Pimentel disse que Ulysses considerou justas suas ponderações.

O ministro criticou com severidade os dispositivos referente às relações trabalhistas que constam do projeto de Constituição. Para o ministro, não deveria fazer parte da nova Carta a estabilidade de 120 dias para gestante. "A Justiça do Trabalho garante isso e em todos os

dissídios coletivos está assegurado". Disse ainda que o Congresso constituinte aprovou vários dispositivos que são matérias de legislação ordinária ou complementar.

"Para o ministro não foi conquista o Congresso constituinte aprovar a semana de 44 horas. "Isto é coisa de negociação entre patrão e empregado. O inconveniente é que se coloque isto na Constituição, porque aí o patrão jamais negociará". O ministro considerou grave a aprovação da jornada de seis horas para os turnos de trabalho ininterruptos. Segundo Pimentel, as empresas com sistema de revezamento poderão ter sua folha de pagamento aumentada.